

Arrecadação em queda pode afetar concursos no DF

CÂMARA LEGISLATIVA

Com expectativa de receita menor do que a previsão de inflação acumulada para este ano, GDF terá que apertar o cinto para o próximo exercício. Concursos estão previstos, mas algumas áreas poderão não ter convocados

Arrecadação menor preocupa para LDO 2024

» SUZANO ALMEIDA
» PABLO GIOVANNI

As portas de ser votado na Câmara Legislativa (CLDF), o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2024 (PLDO 2024), na opinião de técnicos, que analisam a proposta, é "preocupante". A previsão para o próximo exercício é que o Distrito Federal tenha uma queda na arrecadação...

De acordo com o documento, a projeção do governo para este ano é de que a arrecadação aumente em 3,9%, comparado a 2022. Em contraponto, a previsão de inflação verificada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) será 4,2%.

Mesmo considerando toda a receita de origem tributária, o cenário traçado pelo GDF não melhora muito. O crescimento da Receita de Origem Tributária previsto no PLDO 2024 em relação à estimativa de 2023 é de 3,9%, ficando ainda abaixo da inflação estimada...

Apenas neste ano, o governo contingenciou cerca de R\$ 1 bilhão, posto que, nos primeiros três meses de 2023, houve queda na arrecadação de R\$ 300 milhões, em relação ao ano passado. Um dos motivos foi a redução no valor do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) dos combustíveis...

Além das quedas de arrecadação, apontadas no PLDO 2024, o governo ainda sofre com uma baixa margem para investimentos. Segundo a área técnica da Câmara Legislativa, o governo tem cerca de 95% de seu orçamento destinado à manutenção da máquina pública e ao pagamento de servidores.

Só nos três primeiros meses do ano, R\$ 300 milhões deixaram de ser arrecadados. Além disso, precisamos equilibrar as despesas e receitas correntes líquidas abaixo do percentual de 95%, explicou à época à Agência Brasília, o secretário de Planejamento, Ney Ferraz.

Para o doutor em Economia e professor no IDP Mathias Schneid Tessmann, o aperto no cinto ainda não corresponde a tempos difíceis, mas a ajustes. "Não necessariamente precisamos falar em crise. É importante o governo tomar cuidado com seus gastos para termos contas ajustadas."

Marcelo Ferreira/IB/DA Press



Previsão de arrecadação 0,3% menor que a inflação, na visão de especialista, ainda não é motivo para pânico, mas requer atenção

Ed Alencar/CE/DA Press



CLDF tem até o próximo dia 15 de junho, quando o semestre Legislativo se encerra

Marcelo Ferreira/IB/DA Press



Mesmo considerando toda a receita de origem tributária, o cenário traçado pelo GDF não melhora muito. O crescimento previsto na PLDO 2024 em relação à 2023 é de 3,9%, ficando ainda abaixo da inflação estimada, que é de 4,2%.

Eduardo Pedrosa, presidente da Ceaf

termo 'archo', visto que o governo está diminuindo seu gasto. O problema seria gastar indiscriminadamente causando distorções na economia", afirma.

Concursos

A queda na arrecadação prevista no projeto atinge, também, o funcionalismo, em especial

os aprovados em concursos. De acordo com a previsão do GDF, pelo somatório dos subtotais apresentados no parecer da Ceaf, o governo autorizará para o ano que vem R\$ 6,7 bilhões. Este

Fundo Constitucional

Ainda em debate no Congresso Nacional, o Fundo Constitucional do Distrito Federal não será atingido para o próximo exercício. A previsão é que, no ano que vem, o governo federal repasse aos cofres do Distrito Federal cerca de R\$ 23 bilhões.

valor representa uma diferença de 42% em relação a última PLDO que foi de R\$ 11,5 bilhões.

Apesar disso, a Lei de Diretrizes Orçamentária autoriza a realização e a nomeação de aprovados em concursos públicos, que totalizam 2.908 vagas em 33 cargos efetivos, de 21 secretarias e órgãos especializados do DF. Os destaques são as áreas em que há um custeio do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), ameaçado por uma proposta de lei complementar aprovada na Câmara dos Deputados e, atualmente, em tramitação no Senado, dentro do arcabouço fiscal do governo federal.

Para 2024, Educação prevê seleção para analista em políticas públicas e gestão educacional, com 630 vagas. Na mesma área, ainda há a previsão da realização de certames para gestor em políticas públicas e educacionais, com 80 vagas.

Bancado também pelo FCDF o texto original enviado pelo governo, em maio, ainda cita a realização e nomeações de aprovados na área da Saúde. A previsão é de que o maior número de vagas seja para a especialidade da carreira de Assistência Pública à Saúde, com 400. Enfermeiros, com 450; técnicos de enfermagem, 200; e

Analista em Gestão e Assistência Pública à Saúde, 200, são previstos para terem 2024.

No entanto, na análise dos técnicos da Ceaf, o governo não apresentou a previsão orçamentária para a contratação de alguns cargos, entre eles da Secretaria de Saúde, com previsão de 200 vagas para cirurgião-dentista, 682 de enfermeiros e 230 de médico (ambos com carga de 20h).

A mesma ausência de informações diz respeito aos reajustes concedidos recentemente, como ocorreu com as carreiras da Defensoria Pública do Distrito Federal (DPDF). O projeto enviado pelo governo ainda não prevê a alteração nos vencimentos, de 18% em três parcelas que deverão ser pagas entre 2023 e 2025.

Isenções

Mesmo diante da queda na arrecadação, o governo local manterá algumas isenções, como para atacadistas. Segundo a análise dos técnicos do Legislativo, o valor que a não ser arrecadado é de R\$ 1 bilhão.

Por sua vez, o governo retirará a isenção dada nas transações de compra e venda de carros seminovos e usados. A opção do GDF para a manutenção ficará apenas para carros novos.

A falta de isenção para carros usados e seminovos, deixando a isenção apenas para aquele zero quilômetro, tende a desvalorizar o mercado de automóveis, criando uma espécie de distorção, especialmente naqueles modelos próximos àqueles subsidiados", conclui Mathias Schneid Tessmann.

Reajustes

Para os próximos três anos, o DF contabiliza um gasto a mais com o reajuste linear de 18% — concedido em três etapas de 6% a cada ano — sancionado em maio desse ano. O relatório detalha que 221.267 mil servidores públicos efetivos — ativos, inativos, pensionistas e comissionados — custarão aos cofres públicos, em 2024, R\$ 2,6 bilhões. Para 2025 e 2026, os custos serão R\$ 4,6 bilhões para cada um dos dois anos.

O governo prevê a criação de três carreiras, nas áreas de saúde e educação, e a reestruturação de carreira de policiais penais, para que sejam incorporados ao FCDF. Somados, os custos em três anos serão de R\$ 296 milhões.

O Correio procurou o GDF para comentar o PLDO, mas não obteve retorno até a publicação.

Legislativo e TCDF

Dentro do texto, há previsão, também, de autorização para a realização de concursos e nomeações para as casas legislativas. No Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), a expectativa é que haja 30 vagas, sendo 10 para auditores de controle externo; 10 para analista de Administração Pública; e 10 para técnico de Administração Pública. Há expectativa, ainda, de concursos e nomeações para consultores técnicos; consultores e procuradores legislativos para a CLDF. Ao todo, são previstas 50 nomeações.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Cidades **Página:** 13